

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Gen Div R/1
OBINO ALVARES

“As grandes diferenças entre países, tanto no que concerne aos níveis econômicos atuais, quanto às taxas correntes de desenvolvimento e às taxas de desenvolvimento em períodos diferentes no passado próximo, não invalidam as seguintes generalizações em termos amplos:

- a. que há um grupo pequeno de países prósperos e um grupo muito grande de países extremamente pobres;
- b. que, em geral, os países do primeiro grupo se encontram em processo de desenvolvimento econômico contínuo, enquanto que no segundo, o processo médio é mais lento, um vez que muitos países estão sob ameaça permanente de não poderem sair da estagnação e até mesmo de retrogradarem;
- c. que, de modo geral, nas últimas décadas, as desigualdades econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos têm aumentado.” Gunnar Myrdal: Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.

Correndo os mesmos riscos e cometendo erros idênticos aos de numerosos “sociólogos”, que preenchem os vazios da história do Homem, com imaginação e audácia, podemos

intuir sobre a organização de sua economia. Mesmo antes dos registros escritos ou de tradição oral, podemos imaginar e interpolar dados com toda a aparência de racionalidade.

Parece lógico, por exemplo, admitir que desde o estágio mais primitivo da humanidade, o instinto de sobrevivência haja levado o Homem a utilizar com eficácia crescente, em seu proveito, todos os elementos que a Natureza lhe oferecia, como também o tivesse levado, em uma etapa mais avançada, a prever o problema da subsistência em dias futuros, por forma a organizar e disciplinar um dos setores essenciais da vida da espécie: sua economia.

Provavelmente, uma história de milênios de lutas contra o ambiente hostil e de continuada e vital preocupação, haja desempenhado papel de mais alta importância na organização e evolução da sociedade humana, como hoje é conhecida. Teríamos desenvolvido por esse caminho, mesmo nos primórdios de tal sociedade, uma arte política que compatibilizasse as aspirações de cada um, com os interesses do grupo e que ajustasse às necessidades materiais de sobrevivência, as disponibilidades dos recursos para satisfazê-las.

Contudo, somente a História Moderna, e, principalmente a História Contemporânea, viria a revelar, com extrema agudeza, a importância desse fenômeno de adaptação e ajustamento. Talvez possamos associar a utilização da máquina a vapor à crescente preocupação da arte política com os fatos da economia.

Em 1778, Adam Smith publica "An Inquiry Into the Nature and Course of Wealthy of Nations". Historicamente, como parece, é a partir desse ano que a Riqueza das Nações entrou no rol de nossos principais cuidados. Entre esse marco e nossos dias, um grupo numeroso de pesquisadores e estudiosos desenvolveram a idéia de como promover o crescimento econômico. Durante os últimos séculos, um "apaixonado" cientificismo, com toda a marca de fábrica do século XIX deu oportunidades aos Malthus, aos Darwins e aos Marxs, de criarem perspectivas apocalípticas, elaborarem

teorias fatalistas e organizarem utopias, sempre influenciados pela sobrevivência ou condicionados pela Economia.

As expectativas sombrias que eles fizeram e continuam fazendo não se tem realizado, mas os resíduos perenes de suas idéias permitiram que historiadores, especialistas e críticos da Economia propusessem:

- inicialmente, uma Economia Política, isto é, uma arte de manejar a política econômica de modo a criar a riqueza;
- mais tarde uma Ciência Econômica, de existência duvidosa, com roupagem de precisão matemática, para dar-lhe características de conhecimento perfeito, de ciência independente pronta e definida;
- posteriormente, uma renascida Economia Política, uma renovada arte de dirigir os trabalhos que redundem na criação da riqueza, quando perdemos a confiança na Ciência Econômica.

Nesta segunda metade do Século XX agravaram-se nossas condições de sobrevivência ou, pelo menos, passamos a vê-las agravadas. De um lado, o progresso técnico acelerado passou a consumir os recursos naturais disponíveis, num ritmo cada vez mais rápido, ameaçando a muitos deles de exaustão. De outro lado, o explosivo aumento de população, com uma grande percentagem confinada nos grandes centros urbanos, as modernas megalópolis, apresentando necessidades cada vez mais numerosas. Como resíduo marginal desses fenômenos, devemos assinalar a crescente degradação da vida do ser humano, pelo mau uso daqueles recursos.

Tais circunstâncias criaram uma sensação de insegurança tão intensa, que grande número de pessoas, nas cidades modernas, se sentem encurraladas e buscam a fuga por intermédio da rebelião e das drogas. Some-se a elas o conflito ideológico de que somos testemunhas, dividindo a sociedade

dos homens em dois pólos antagônicos, coroando a tragédia de nossos dias com a instituição do culto ao ódio e à violência política.

Dentro desse esboço podemos visualizar a condição humana segundo os termos de Gunnar Myrdal, citados no preâmbulo deste trabalho. O progresso — o crescimento ou desenvolvimento econômico — passou a constituir ele próprio, a condição *sine qua non* da sobrevivência. Não mais dos indivíduos tomados isoladamente, mas das próprias sociedades nacionais, quando os poucos países ricos se sentem ameaçados pelo fantasma da fome mundial. A longa relação de títulos sobre o assunto mostra uma literatura que revive as profecias de Malthus e bem pode ser representada pela obra de L. J. Le Bret: Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente.

As fortes tintas desse quadro levam-nos a questionar sobre as funções do Estado e a indagar do papel que nele não de desempenhar as elites nas várias nações. Tomando o Homem como objeto e beneficiário da ação política, fazemo-nos as seguintes indagações:

- quais são as obrigações do Estado?
- que direitos naturais têm os indivíduos?
- há condições objetivas para a igualdade?

Por incrível que pareça, após mais de dois séculos de pregação materialista, teimamos em considerar o homem, na cadeia dos organismos vivos, como sua única exceção. Aceitamos que a vida seja um permanente desafio pela sobrevivência; que a luta leve o maior a digerir o menor; que por via de seleção natural, apenas os indivíduos mais aptos de cada espécie tenham chances de perpetuação. Todavia, não aplicamos esses conceitos à sociedade moderna. Criamos uma ética social, que é justamente o contrário de tudo isso. Conseqüentemente vemos a ciência prolongar a vida das criaturas muito além da expectativa de poucas décadas atrás; vemo-la lutar com sucesso acentuado para diminuir o número de mortes prematuras; testemunhamos as invenções, os tra-

tamentos e os processos pedagógicos criados para adaptar desajustados mentais, criaturas mutiladas, pessoas anormais, etc., envidando todos os esforços para o incremento de uma população cujo crescimento é por muitos considerado catastrófico . . .

O conjunto das multidões, que vivem ou vegetam em todos os quadrantes do planeta, é constituído de criaturas desiguais, física, intelectual e emocionalmente. No entanto tentamos convencê-las de seu igual direito a todos os bens da sociedade, segundo o melhor padrão, levando à sua compreensão toda uma excelência da vida altamente sofisticada normalmente acessível às pessoas ricas. Criamos, enfim, tais expectativas de vida, com os mais diversos propósitos — sentimentais, pragmáticos, ou utópicos, não importa — que acabamos por transformar centenas de milhões de pessoas em explosivas massas de contestação, presentes dia-a-dia, na porta do Estado, cobrando um quinhão de direitos cada vez maior.

De arcabouço da sociedade, como era no passado, o Estado se transformou num órgão tutelar, paternal, fonte e origem de toda a segurança, obrigando-se a prover a maioria das necessidades humanas sob pena de levar a vida coletiva ao caos. Por esse motivo todos os Países vêm-se a braços com planos de desenvolvimento econômico, lutando por mais PNB, mais alta renda "per capita", mais rica qualidade de vida e assim por diante.

Mais uma vez estamos, pois, às voltas com a indagação de Adam Smith: como aumentar a riqueza das nações? Desde 1778 até hoje não esmorecemos no propósito de conhecer um fenômeno social complexo como é a economia da sociedade moderna.

Temos sintetizado alguns princípios e regras; temos mesmo exercido um domínio relativo sobre fatos dessa natureza; temos criado muitas teorias econômicas e conseqüentes teorias de desenvolvimento. Longe estamos, todavia, de uma verdadeira ciência, de um conjunto preciso de leis que nos

oriente com segurança, para incrementarmos a riqueza e a prosperidade geral.

Assim, torna-se tarefa muito árdua promover o desenvolvimento das nações pobres, nelas incluído nosso País, com o mínimo de riscos e desperdícios, por forma a assegurar a harmonia social, isto é, o bem-estar e a ordem.

O pós-guerra oferece-nos uns poucos exemplos de criação de riqueza bem sucedidos, notadamente no âmbito da economia capitalista. Dentre elas podem ser destacados para estudo dois casos de criação exponencial de riqueza, a partir de uma situação desfavorável: Alemanha e Japão.

São duas nações situadas em meridianos quase opostos, de raças diferentes, tradições e costumes distintos, moral, social e cultura diversificadas. Dois povos de grande coesão interna e acentuada disciplina coletiva. Povos derrotados na guerra, com economia adiantada mas com seus sistemas de produção desmantelados ou destruídos nas operações militares. Dois povos que dispõem de grande população e fracos recursos naturais, ambos fortemente motivados para os trabalhos de recuperação.

Em duas décadas, a Alemanha e o Japão se reergueram com tal potencialidade que hoje ameaçam a liderança dos EUA e da URSS em produtividade e riqueza.

Isolando o Japão para uma análise mais aprofundada poderemos avaliar a natureza, a quantidade e a qualidade dos ingredientes envolvidos no conceito de "milagre japonês". São cerca de 100 milhões de pessoas, habitantes de um arquipélago montanhoso de pequena superfície, com área agricultável menor ainda; sem carvão, ferro ou petróleo, elementos considerados fundamentais para o poderio da indústria, país ocupado, mas gozando de largo apoio da potência ocupante, o Japão, no espaço de 20 anos, empregando uma pesada parcela de seu PNB em investimentos, reconstruiu sua economia e passou a disputar o mercado mundial com produtos da mais avançada tecnologia.

Bem examinado o fenômeno japonês podemos aceitar que tenham sido causas de seu bom sucesso os seguintes fatores:

- alto nível de instrução dada a seu povo;
- inclinação para a pesquisa e para a técnica;
- grande coesão interna;
- notável disciplina social;
- orgulho nacional em desafio face à derrota militar;
- forte apoio financeiro e técnico dos EUA;
- organização e administração exemplares;
- elites dirigentes de grande gabarito;
- trabalho intenso de quase um século;
- espírito de sacrifício de três gerações, que abriram mão do bem-estar em benefício do progresso.

Como se vê desta análise, o desenvolvimento é sobretudo uma questão política e menos, um problema estritamente econômico.

É evidente que não se poderiam dispensar as técnicas peculiares ao campo da Economia, para a promoção do desenvolvimento. Entretanto, só elas não seriam o bastante, nem mesmo o essencial. Basta dizer que uma sociedade que gozasse das condições dos primeiros fatores acima e de mediocre apoio das demais condições, provavelmente alcançaria um nível de desenvolvimento mais significativo que uma outra, em que as condições fossem invertidas, isto é, onde se dispusessem apenas de forte apoio financeiro ou técnico, boa organização e administração, elites dirigentes de grande gabarito e trabalho intenso de quase um século.

Esses parecem ser os componentes de sucesso econômico e social, presentes em maior ou menor grau, na história dos países ricos; do mesmo modo que estão quase todos ausentes na história dos povos subdesenvolvidos.